

HISTÓRIA DAS MULHERES E AS RELAÇÕES DE GÊNEROS EM DOCUMENTOS CURRICULARES NACIONAIS: PRESCRIÇÕES, INTERDIÇÕES E POSSIBILIDADES¹

Amanda Alves Warnke², Nucia Alexandra Silva de Oliveira³, Carolina Malossi⁴

¹ Vinculado ao projeto “História das mulheres, relações de gênero e ensino de História: documentos, processos e possibilidades (1996-2020)”

² Acadêmica do Curso de História (Licenciatura) – FAED – Bolsista PROBIC/UDESC

³ Orientadora, Departamento de História. – FAED – nucia.oliveira@udesc@gmail.com

⁴ Acadêmica do Curso de História (Licenciatura) – FAED

No presente texto pretende-se apresentar os resultados do trabalho desenvolvido no projeto “História das mulheres, relações de gênero e ensino de História: documentos, processos e possibilidades (1996-2020)”, desenvolvido por pesquisadoras do Laboratório de Ensino de História no curso de História da Universidade do Estado de Santa Catarina. O referido projeto busca investigar aspectos relativos as temáticas da história das mulheres e dos estudos de gênero em diferentes processos e movimentos relacionados ao ensino de História no estado de Santa Catarina – ou seja, identificar e analisar como o tema das relações de gênero é incluído e vivenciado em um contexto escolar. Para cumprir este propósito, o projeto tem desenvolvido diferentes atividades investigativas, bem como tem a intenção de promover outras na sequência do estudo. Neste resumo em específico serão apresentadas as atividades desenvolvidas no meu plano de trabalho como bolsista de Iniciação Científica e que se deram a partir da leitura e da análise de documentos curriculares nacionais, tais como Parâmetros Curriculares Nacionais e Base Nacional Comum Curricular.

A proposta na análise desses documentos é perceber a circulação de temáticas relativas à História das Mulheres e aos Estudos de gênero em textos de referência para a educação de modo geral e ao ensino de História de modo específico. E ainda perceber as lacunas que fazem pensar sobre o avanço tímido da história escolar em relação a esses temas. Neste sentido, a organização metodológica da pesquisa se deu a partir de uma leitura dos textos citados, de fichamento dos mesmos e análises dos dados.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais, foram criados em 1996, com respaldo da Lei no 9.394 e servem como um guia para a educação no Brasil, oferecendo orientações que, em tese, respeitam a diversidade cultural e regional do país. Do 1º ao 5º ano, o documento está dividido em duas partes: a primeira foca em teorias curriculares, objetivos gerais e conceitos essenciais do ensino de História; a segunda traz eixos temáticos, orientações didáticas e critérios de avaliação. A mesma metodologia se aplica aos PCNs do 6º ao 9º ano. No documento analisado, a História deve ser ensinada de forma a estimular reflexões sobre as relações entre o passado e o presente, valorizando as diversas culturas e promovendo a formação de uma identidade cidadã. A organização das temáticas leva em consideração as fases de desenvolvimento das crianças e adolescentes, sendo assim, conforme avançam nas séries, os temas se tornam mais amplos e distantes. Ao longo do documento, é possível perceber que temáticas relacionadas à História das mulheres e questões de gênero possuem um respaldo legal, porém carecem de especificidades para serem desenvolvidas em sala de aula. Os diferentes eixos temáticos transcendem uma abordagem progressista da História, ainda assim, a temática das mulheres permanece em um

lôcus secundário. Já a Base Nacional Comum Curricular, embora traga em suas unidades temáticas como “O papel da mulher na Grécia e Roma e no período medieval”, percebe-se um silenciamento das temáticas de gênero. Cabe salientar que dentro dos objetivos de conhecimento trabalhados no documento, coexiste a possibilidade implícita de flexibilizar as habilidades trabalhadas com uma proposta didática que amplia o protagonismo das mulheres em nossa História. De maneira geral, a abordagem do presente trabalho visa compreender a influência das políticas educacionais na representação histórica das mulheres, frequentemente marginalizadas, e propõe reflexões sobre como esses documentos podem ser revisados para promover uma educação mais inclusiva e reflexiva sobre questões de gênero, classe e raça no ensino de História.

As investigações têm mostrado que os temas da história das mulheres aparecem de modo pontual e com poucas conexões com os conteúdos gerais. Ou seja, são abordagens nas margens da história ou dentro de temáticas muito específicas como no caso da história de heroínas da história nacional ou local. Os temas de gênero são ainda mais invisibilizados. Na Base Nacional Comum Curricular – texto mais recente, a presença de temas relativos as questões de gênero sofreram especial interdição. A situação se deu em meio a denúncias infundadas baseadas na da ideia de que tais estudos estavam promovendo uma “ideologia de gênero” cujo objetivos, entre outros seria uma desestruturação dos tradicionais papéis relacionados ao ser homem e ser mulher.

O presente trabalho ao pesquisar a presença e os silêncios relativos aos temas da história das mulheres e as relações de gênero como conteúdos necessários a educação e ao ensino de História busca chamar atenção para que outros cenários sejam possíveis.

Palavras-chave: História das Mulheres. Relações de gênero. Ensino de História.